

DESTAQUE

AMAZÔNIA

Informativo do Museu Paraense Emílio Goeldi

Ano 30

Nº 69

Maio de 2014

ISSN 2175 - 5485

LÍNGUAS INDÍGENAS AMAZÔNICAS

Pesquisas geram conhecimento
estratégico para a região



MINHA PÁTRIA É A MINHA LÍNGUA

Área de Linguística do Goeldi tem participação fundamental no estudo de línguas indígenas amazônicas

Tatiana Ferreira

São quase três décadas de estudos e a formação de uma geração de pesquisadores que atualmente compõem os quadros de instituições científicas do Brasil e do exterior. A trajetória da área de Linguística do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), vinculada à Coordenação de Ciências Humanas, tem contribuição fundamental para o estudo de línguas indígenas na Amazônia, especialmente aquelas que correm risco de desaparecer. São mais de trinta línguas estudadas por pesquisadores vinculados ao Goeldi nos últimos anos. Nesta edição especial, o jornal ***Destaque Amazônia*** apresenta resultados de projetos e aponta novos desafios dessa área de pesquisa estratégica para a região.

Os estudos de línguas indígenas realizados no museu têm privilegiado sua descrição e documentação como linhas de atuação. Outro ponto forte, diretamente relacionado a essas prioridades, é a pesquisa de campo. A aproximação com os grupos indígenas, mesmo com aqueles que vivem em áreas mais distantes, proporciona a compreensão da língua dentro do seu contexto sociocultural, ou seja, privilegiando a forma como ela é utilizada no cotidiano das comunidades. Com esses componentes, os resultados dos estudos vêm recebendo reconhecimento dos indígenas, além de diversas premiações científicas.

À frente da Coordenação de Ciências Humanas, a linguista Ana Vilacy Galúcio explica que, no início, foi necessário investir em infraestrutura para que a instituição pudesse fomentar um trabalho adequado, além da identificação de áreas de atuação prioritárias e do investimento em formação para o trabalho de campo. Atualmente um desafio é consolidar a estrutura do Acervo Digital, o que está sendo feito por meio de projetos coordenados por Vilacy, com apoio do Conselho do Fundo dos Direitos Difusos (CFDD/Ministério da Justiça) e do CNPq.

“Não temos um programa de pós-graduação próprio no Goeldi, mas encaminhamos várias pessoas para programas de mestrado e doutorado de instituições com reconhecido trabalho acadêmico-científico. Funciona como uma via de mão dupla: aqui as pessoas desenvolvem pesquisa em áreas importantes para a instituição e para a região, se qualificam e saem para avançar nos seus estudos de mestrado, doutorado ou para atuar nas instituições de pesquisa da região”, observa a coordenadora.

A Área da Linguística iniciou-se no Museu Goeldi com Ernesto Migliazza, na década de 1960. Foi retomada na década de 1980 com a entrada dos pesquisadores Cândida Barros e Luis Borges. Denny Moore, atual chefe da Área da Linguística, chegou ao museu em 1986 e foi responsável por iniciativas que impulsionaram as linhas de pesquisa em línguas indígenas.

“Para avançar em uma área de pesquisa é muito importante investir pesado na formação de pessoas, selecionar aquelas de maior talento científico e dar experiência de campo. Seguindo esse caminho temos hoje 23 ex-bolsistas que ingressaram em programas de pós-graduação em linguística. Desses, 17 terminaram o doutorado, 13 dos quais no exterior. Além disso, temos no CNPq o Grupo de Estudos de Línguas Indígenas do Goeldi, o GELIG, com 17 doutores”, conta Denny Moore.

Entre os prêmios recebidos por pesquisadores do GELIG estão: Medalha de Honra ao Mérito (Brasil); MacArthur Fellowship/Genius Award (EUA); Mary R. Haas Award (EUA); Panini Award (mundial); Chaire Francqui (Bélgica); Prêmio Rodrigo Mello para Preservação Cultural (Brasil), Rolex Award (mundial) e Academia Brasileira de Ciências (Região Norte). ■

Governo do Brasil
Presidente da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação
Clelio Campolina Diniz

Museu Paraense Emílio Goeldi
Diretor
Nilson Gabas Júnior

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação
Marlúcia Bonifácio Martins

Coordenador de Comunicação e Extensão
Maria Emília da Cruz Sales

Serviço de Comunicação Social
Joice Bispo Santos

Edição Agência Museu Goeldi
Serviço de Comunicação Social do
Museu Paraense Emílio Goeldi
Av. Magalhães Barata, 376, 66040-170
Belém - PA - Brasil

Edição e Reportagem
Tatiana Ferreira, 1288 DRT-PA

Diagramação e arte final
Jéssica Vasconcelos

Colaboração
Ireneide Silva
Júlio Matos

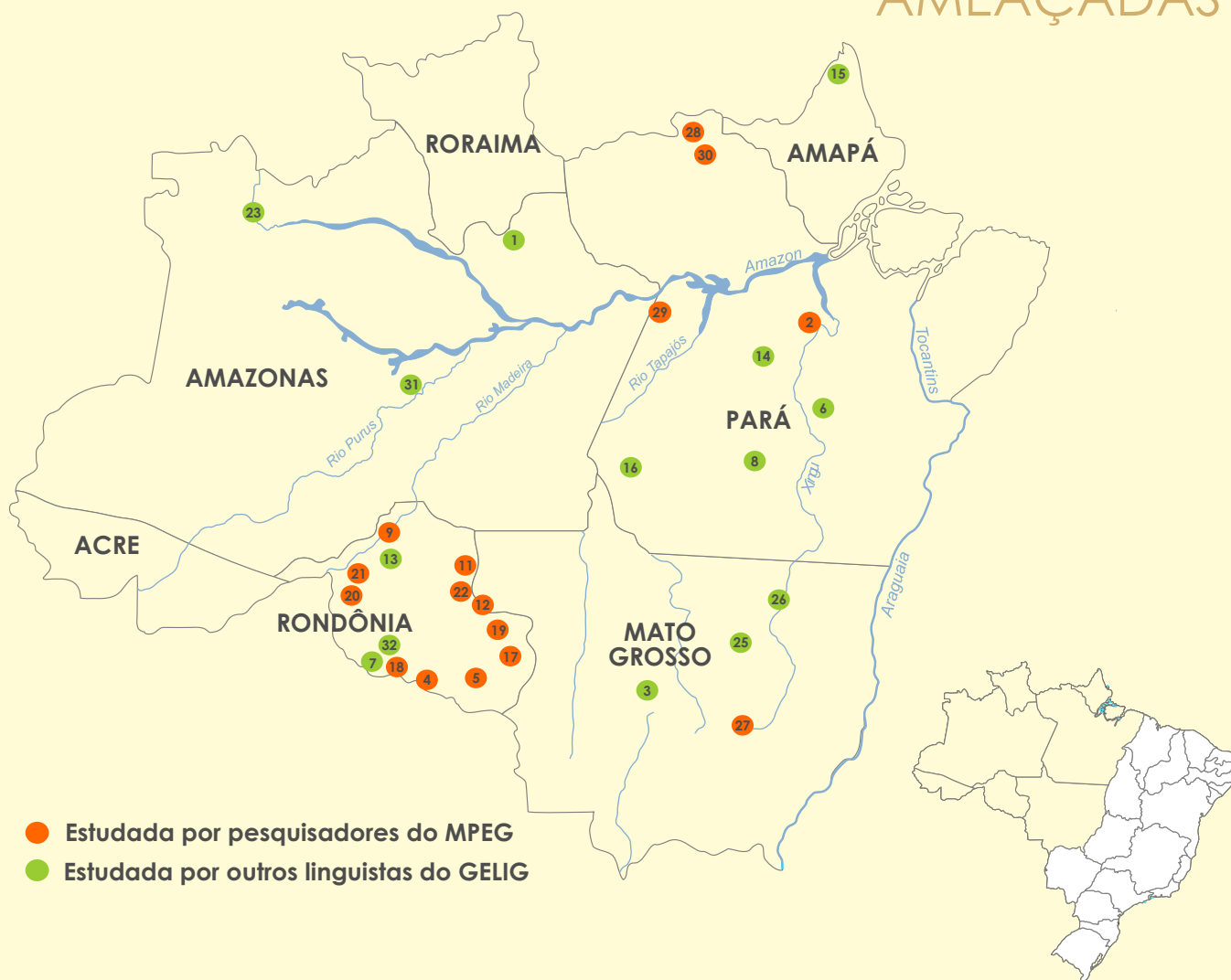
Fotografias
Foto de capa: acervo Museu Goeldi
Fotos internas: acervo dos pesquisadores
participantes desta edição



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação



LÍNGUAS INDÍGENAS AMEAÇADAS



Nº	LÍNGUA	PESQUISADOR	Nº	LÍNGUA	PESQUISADOR
1	Waimirí-Atroari	Ana Carla Bruno	16	Mundurukú	Gessiane Picanço
2	Arara do Xingu	Ana Carolina Alves	17	Aikanã	Hein van der Voort
3	Paresí	Ana Paula Brandão	18	Arikapú	Hein van der Voort
4	Puruborá	Ana Vilacy Galúcio	19	Kwazá	Hein van der Voort
5	Sakurabiat	Ana Vilacy Galúcio	20	Oro Win	Joshua Birchall
6	Mebengokre	Andrés Pablo	21	Wari	Joshua Birchall
7	Wayoro	Antonia Fernanda Nogueira	22	Karo (Arara)	Nilson Gabas Jr.
8	Xipaya	Carmem Lúcia Rodrigues	23	Dâw	Patience Epps; Luciana Storto
9	Salamay	Denny More	24	Hup	Patience Epps
10	Nheengatu	Denny More	25	Trumai	Raquel Guirardello Damian
11	Gavião de Rondônia	Denny More; Julien Meyer; Sérgio Meira	26	Awetí	Sebastian Drude
12	Suruí de Rondônia	Denny More; Julien Meyer; Sérgio Meira	27	Bakairí	Sérgio Meira
13	Kariti'ana	Didier Demolin; Luciana Storto	28	Kaxuyana	Sérgio Meira
14	Kuruaya	Elissandra Barros da Silva	29	Sateré-Mawé	Sérgio Meira
15	Palikur	Elissandra Barros da Silva	30	Tiriyó	Sérgio Meira
			31	Apurinã	Sidney Facundes
			32	Djeoromitxí	Thiago Vital de Castro

DOCUMENTAÇÃO APÓIA MEMÓRIA E REVITALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS

Com risco de extinção, registrá-las passou a ser uma das prioridades da equipe da Área de Linguística do Goeldi

Compreender o sistema linguístico é o primeiro desafio das pesquisas realizadas na área. Como não há um sistema de escrita, a etapa inicial do trabalho consiste em gravar, ouvir e transcrever a língua. “Esse tipo de pesquisa vem sendo feito com várias línguas que trabalhamos. Aos 23 anos fui a campo com Denny Moore estudar a língua dos Sakurabiat. Eles não tinham a forma escrita, então, depois de alguns anos trabalhando com essa comunidade, propusemos uma forma de escrever a língua”, exemplifica a pesquisadora Ana Vilacy Galúcio.

Embora a fonologia seja o primeiro aspecto observado durante o trabalho, ao coletar as informações o pesquisador também está atento às questões da morfologia e da sintaxe. “O pesquisador que atua na Amazônia precisa entender sobre as várias áreas da linguística, por conta da escassez de análises sobre as línguas. Nos países mais desenvolvidos, há lingüistas especializados em apenas um único aspecto da língua, como é o caso dos foneticistas. Aqui, precisamos integrar esses conhecimentos”, explica Vilacy.

Na década de 1990, as instituições de pesquisa e governos do mundo todo passaram a se preocupar de forma ainda mais séria com o risco de extinção das línguas. Esse movimento intensificou-se com a publicação de um artigo do linguista Michael Krauss, em 1992, que estimou que 90% das línguas do mundo estariam em perigo de extinção no século XXI se não fossem tomadas medidas sérias.

A situação de risco das línguas amazônicas e, por

outro lado, o avanço da tecnologia para registro das pesquisas colaboraram para que um novo foco importante passasse a nortear as pesquisas do Museu Goeldi: a documentação. “Além da descrição e análise, investimos bastante em um trabalho sistematizado de documentação da língua e de aspectos da cultura. Os pesquisadores vão a campo com câmeras e gravadores e geram produtos, como CDs e DVDs que são devolvidos à comunidade, além de serem utilizados nas análises científicas”, explica Denny Moore.

O Museu Goeldi tem hoje um vasto acervo digital com material representativo de cerca de 80 línguas. Os produtos gerados pelos pesquisadores têm sido utilizados para incentivar e apoiar processos de revitalização das línguas em risco de extinção. Além disso, os próprios indígenas aprendem a utilizar as tecnologias disponíveis para documentar sua cultura em treinamentos realizados com os próprios pesquisadores ou em oficinas realizadas no Museu Goeldi.

“O trabalho do Museu Goeldi foi muito útil pra gente porque muito conhecimento que ninguém mais sabia hoje em dia está à disposição da comunidade para quem quiser aprender. Na escola, é possível ensinar a língua aos mais novos usando o material que foi produzido. Então, essas pesquisas foram muito importantes pra nossa vida”, lembra Paulo Aaporete, um dos últimos anciãos a falar língua Puruborá (Rondônia), colaborador de pesquisas realizadas pela linguista Ana Vilacy Galúcio. ■

Indígenas recebem treinamentos para participar da documentação de sua cultura



MUSEU GOELDI PROPÕE METODOLOGIA PARA ESTUDO DE LÍNGUAS INDÍGENAS

Projeto-piloto realizado em Rondônia possibilitou a indicação da língua Wayoró como referência cultural do Brasil

A Área da Linguística do Museu Goeldi comemora um resultado importante em 2014: a validação dos resultados de um projeto-piloto coordenado pela pesquisadora Ana Vilacy Galucio junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no escopo do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Com ele, a língua Wayoró, falada na Terra Indígena Guaporé, em Rondônia, poderá ser indicada como referência cultural brasileira.

Após ter composto o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística-GTDL (2007-2010), o Museu Goeldi foi indicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para ser o seu representante em uma comissão técnica do INDL, que tem entre suas responsabilidades a deliberação sobre a inclusão de línguas no inventário.

O INDL foi instituído pelo Decreto Presidencial 7.387 de 2010, como instrumento para a constituição da Política da Diversidade Linguística. Entre suas principais proposições estão mapear, caracterizar, diagnosticar e dar visibilidade às diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira. A ideia é permitir que as línguas sejam objeto de políticas patrimoniais que colaborem para sua continuidade e valorização.

As dimensões do território nacional e o acesso às comunidades constituem um dos principais desafios para a realização de um levantamento real da situação sociolinguística das línguas indígenas no Brasil. “Uma antiga e importante questão é o número preciso de línguas indígenas existentes no país, que poderá finalmente ser confirmado com a realização do INDL. Também é necessário ter um diagnóstico dos fatores que ameaçam a continuidade dessas línguas indígenas”, esclarece Denny Moore, chefe da área de Linguística do Goeldi.

Titular da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Goeldi, a linguista Ana Vilacy Galúcio, reforça a importância do INDL. “Conhecer a real situação nos permite priorizar financiamento, recursos e oportunidades para que haja investimentos nas áreas mais necessárias, inclusive na escala governamental. Com o registro das línguas como referência cultural, elas estarão habilitadas a buscar esse tipo de apoio”, explica.

O projeto-piloto realizado pela equipe do Goeldi propõe uma metodologia de abrangência regional para o estudo das línguas indígenas. Além de possibilitar análises regionais dos resultados obtidos, a abordagem escolhida tem a vantagem de economizar recursos. Para realizar o levantamento de cada língua isoladamente, seria necessário um número bem maior de viagens a campo.

A Terra Indígena Guaporé, em Rondônia, é conhecida pela grande diversidade linguística, assim como ocorre em todo o estado. Embora o foco do projeto fosse Wayoró, foi efetivado um levantamento de informações sobre todas as línguas faladas naquela área, trabalho que contou com a participação de assistentes indígenas.

Segundo Denny Moore, foram dois meses e meio em Rondônia para a conclusão das tarefas. “Procuramos fazer um projeto que mostrasse todos os problemas e sugestões de como resolvê-los em nível nacional, já que o INDL será realizado em todo o Brasil. Ao fim do projeto fomos indicados para integrar a comissão técnica voltada para avaliar resultados de novos projetos-piloto, identificar problemas, sugestões e elaborar uma proposta geral para todo o país”, explica Denny que, junto com o diretor do Museu Goeldi, Nilson Gabas Jr, compõe a comissão técnica, coordenada pelo próprio Iphan. ■



► O linguista Denny Moore realizando trabalho de campo, em Rondônia

É POSSÍVEL APRIMORAR CLASSIFICAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS?

Linguista investiga metodologias utilizadas com sucesso em áreas como a genética para tornar mais precisa a informação sobre a relação entre as línguas amazônicas

Trabalhar com novos métodos para a classificação das línguas indígenas é o desafio que o pesquisador Sérgio Meira abraçou para os próximos três anos, a partir da sua inserção no Programa Jovens Talentos, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integrante do Grupo de Estudos de Língua Indígenas do Goeldi (GELIG), ele investiga a aplicação de métodos computacionais, conhecidos como bayesianos ou estatísticos, na linguística. Esses métodos são utilizados com sucesso em áreas como a biologia para a classificação de espécies animais e podem ser adaptados à linguística, como vêm ocorrendo com línguas africanas e oceânicas. A ideia é aprimorar os sistemas de classificação das línguas indígenas, com informações mais precisas sobre a relação entre elas.

e quais delas são mais distantes. A ideia é contribuir e aprimorar essas classificações com o uso desses métodos por um lado. E, por outro lado, talvez os dados dessas línguas ajudem a melhorar os próprios métodos em questão. Apesar de serem usados há algum tempo na biologia, acredito que ainda podem ser aprimorados. Então tento examiná-los o mais profundamente possível e aplicá-los”, explica Sérgio Meira.

Nos estudos de genética, os biólogos cladistas ou matemáticos fazem segmentação de DNA e comparam o DNA de duas espécies para verificar quantas das bases nucleotídicas são as mesmas e quantas não são. As espécies mais próximas vão ter mais bases, mais genes em comum, enquanto as mais distantes terão menos genes em comum.



► Falantes de línguas indígenas que participaram de pesquisas realizadas por Sérgio Meira em momentos de gravação.

Para a utilização dos métodos computacionais, é necessário coletar e reunir materiais referentes às diversas línguas estudadas, principalmente listas de palavras. Essa primeira etapa envolve pesquisa na literatura existente e trabalho de campo, no caso de línguas em que não há estudos suficientes. A análise com base nos métodos computacionais busca encontrar palavras muito parecidas que têm uma mesma origem, ou seja, cognatos. São utilizadas listas com cerca de 300 a 400 significados para encontrar essas palavras de mesma origem. Quanto maior a porcentagem de cognatos, maior a proximidade entre as línguas indígenas.

“Tenho uma quantidade considerável de significados que preciso comparar em línguas das quatro grandes famílias da América do Sul: Tupi, Karib, Macro-Jê e Aruak. Cada uma dessas famílias já tem classificações propostas, com árvores que mostram quais línguas são mais próximas

No Brasil, as pesquisas genéticas são muitas vezes baseadas nesse tipo de método. No caso da linguística, a comparação é feita a partir da verificação de cognatos entre as línguas.

Um estudo propondo uma nova árvore para a família Tupi com algumas alterações em relação às classificações anteriores deverá ser publicado pelo *Boletim do Museu Goeldi* até o final do ano. Trata-se de um artigo coletivo dos membros do grupo de estudos do MPEG. O texto reúne dados de pesquisas realizadas nos últimos anos, alguns deles inéditos. Além de Sérgio Meira, participam Ana Vilacy Galúcio, Denny Moore, Hein van der Voort, Gessiane Picanço, Sebastian Drude e Luciana Storto, Carmen Rodrigues e Nilson Gabas Jr. “É uma primeira aplicação desses métodos com dados preliminares. Estamos planejando publicar outros artigos com variações desses métodos pra ver se muda alguma coisa e o que isso pode nos dizer”, conclui Meira. ■

LÍNGUAS GAVIÃO E SURUÍ SERÃO DESCRITAS E DOCUMENTADAS

As línguas faladas pelos povos Gavião e Suruí, de Rondônia, serão pesquisadas e documentadas nos próximos anos em um projeto aprovado pelos pesquisadores Denny Moore e Sérgio Meira junto ao Programa para Documentação de Línguas em risco de Extinção (*Endangered Languages Documentation Programme* - ELDP), da Inglaterra, financiador de estudos de descrição e documentação em todo o mundo. Ao final do projeto, são esperados a produção de uma gramática Suruí, um dicionário e coletâneas de texto da língua Gavião.

As duas línguas são de origem Tupí, pertencentes à família Mondé. Segundo o pesquisador Sérgio Meira, Suruí conta com pelo menos 1.200 falantes, enquanto Gavião tem cerca de 600 falantes, mas ainda assim o esforço para conhecê-las e documentá-las é fundamental. “Elas não estão em risco de extinção imediato, mas boa parte do conhecimento tradicional vem sendo deixado de lado devido à influência da sociedade moderna, conhecimento este que necessita de documentação”, explica Sérgio.

Além desses riscos, as duas línguas foram escolhidas para compor o projeto em função de estudos anteriores realizados por Denny Moore com os Gavião e estudos menos freqüentes com os Suruí. O trabalho envolvendo pesquisa de campo iniciará no segundo semestre com coleta de dados, gravações de textos, palavras e vídeos.

OUTROS BENEFÍCIOS

O projeto tem como objetivo produzir uma enciclopédia indígena digital contendo conhecimentos tradicionais e a terminologia envolvida. Um exemplo desse conhecimento tradicional é a cultura material. “Os Gavião e os Suruí faziam potes de barro, às vezes bastante elaborados e grandes, bem como outros objetos. Esse conhecimento já está em risco porque poucas pessoas ainda sabem como fazer. O projeto poderá documentar pessoas fazendo esses objetos, mostrando como encontrar a matéria-prima, como manuseá-la, o que também é do interesse de antropólogos e arqueólogos que encontram restos desses materiais em Rondônia, bem como dos próprios índios que querem voltar a aprender essas técnicas. Para nós linguistas o interessante é que a descrição do processo é sempre feita na língua deles”, observa o pesquisador. ■



ORO WIN - PESQUISADOR DESVENDA LÍNGUA INDÍGENA AMEAÇADA

Estudo resultou na produção de vídeos, CDs e cartilha para apoio à revitalização da língua, além de sua descrição

Um projeto aprovado junto à organização Fullbright possibilitou a vinda do pesquisador Joshua Birchall ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e a realização do sonho de trabalhar no Brasil. O plano inicial era pesquisar a língua dos índios Wari', de Rondônia. No entanto, depois de conhecer a realidade da língua falada pelos Oro Win, também da família Txapakura, Joshua resolveu dedicar-se ao estudo dessa língua, que atualmente conta com apenas seis falantes, todos com mais de 50 anos.

O pesquisador chegou à aldeia dos Oro Win, em Rondônia, em 2009. O levantamento feito na época contava 73 indígenas vivendo na área. Além de fazer a descrição científica da língua, Joshua voltou-se a um intenso trabalho educativo e de documentação centrado, principalmente, no apoio ao seu resgate.

Durante o trabalho de descrição, pôde perceber a riqueza da língua ameaçada e as características que a tornam especial. “Oro Win é uma língua muito interessante porque é bastante diferente de outras línguas indígenas da Amazônia. Se eu não a conhecesse, acharia que veio da Ásia. Na Amazônia, é comum a utilização de palavras bem compridas. Oro Win tem palavras pequenas, formando construções que se juntam. Além disso, existem sons bastante diferentes”, exemplifica o pesquisador.

Paralelamente à realização da descrição da língua junto aos falantes, Joshua produziu vários vídeos que documentam a língua e aspectos importantes da cultura dos Oro Win. Em um dos vídeos são abordados aspectos específicos da culinária. Outra filmagem é um relato detalhado sobre a confecção de flechas pelo único indígena desta etnia que ainda domina a técnica tradicional.

Outra produção importante em vídeo recupera relatos dos Oro Win sobre um massacre sofrido por seu povo, nos anos de 1962 e 1963. Na ocasião, muitos indígenas foram mortos por seringueiros e os sobreviventes precisaram se deslocar para outra área, o que, ao longo do tempo, também contribuiu para a perda linguística. Indígenas que vivenciaram a invasão relembram, no vídeo, o drama sofrido pelo povo Oro Win durante o episódio.

Esses e outros vídeos produzidos pelo pesquisador foram devolvidos à comunidade indígena, constituindo-se como registro de sua cultura. Além disso, o material tem grande valor para a pesquisa científica. “Um fator importante quanto à documentação é que gravamos falas espontâneas, naturais. E, com isso, criamos um *corpus* de falas que nos ajudam a realizar melhores análises. Quando a fala é estimulada, corremos o risco de induzir respostas que não condizem com a realidade do uso da língua no cotidiano.

► Indígena mostra como fazer flechas de acordo com a técnica tradicional dos Oro Win





► Um dos poucos falantes de Oro Win em trabalho de documentação com o pesquisador

Então, esse é um material científico fundamental para nossos estudos”, explica Joshua.

O trabalho de descrição e documentação da língua Oro Win torna-se ainda mais relevante porque a situação de risco de extinção da língua é considerada gravíssima, não apenas por conta do pequeno número de falantes e sua idade avançada, mas porque a transmissão parou, principalmente quando os indígenas foram proibidos de falar Oro Win nos seringais. Todos eram obrigados a usar o português e sofriam agressões físicas caso não obedecessem.

Para apoiá-los na tentativa de resgate da língua, Joshua desenvolveu material didático como CDs com listas de palavras e uma cartilha, produzida junto a um professor

local. Embora as crianças estejam aprendendo Oro Win na escola, a grande dificuldade é retomar sua utilização no dia a dia da comunidade, visto que todos falam português como primeira língua.

Um dos grandes propósitos da pesquisa sobre línguas indígenas em risco de extinção está no arcabouço de conhecimentos e cultura que emerge a partir do trabalho de descrição e documentação da língua. “Quanto à revitalização, a realidade é que só eles podem ser os agentes principais desse processo. Fazemos um grande esforço para apoiá-los com a produção educativa e pedagógica, mas essa é uma decisão que sofre a interferência de muitos fatores e pertence essencialmente à comunidade”, conclui Joshua Birchall. ■

Além de descrever e documentar a língua, o pesquisador Joshua Birchall desenvolveu trabalho de apoio à sua revitalização



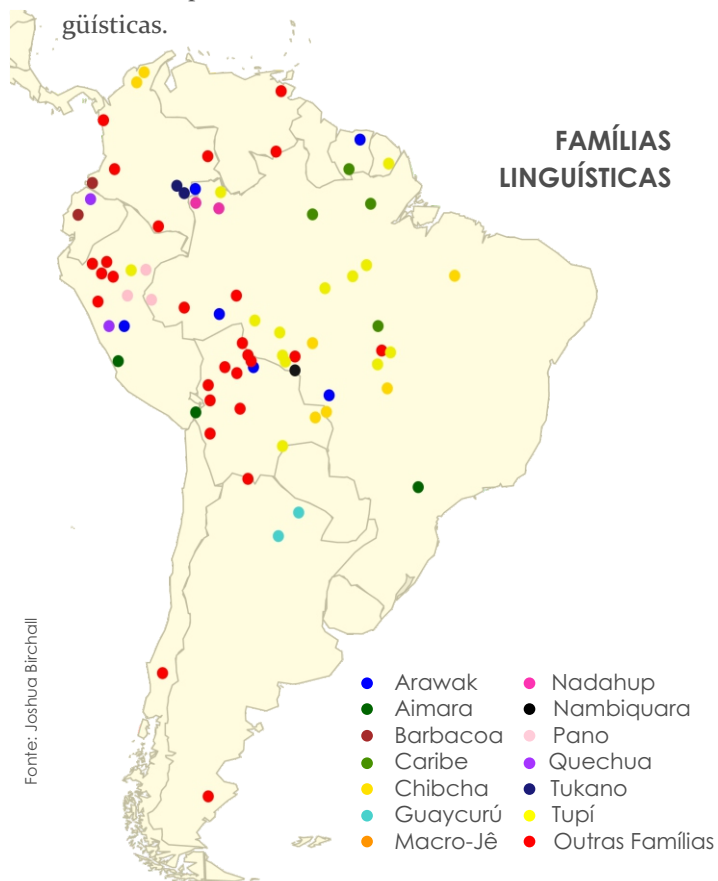
TESE COMPARA GRAMÁTICAS DE LÍNGUAS INDÍGENAS DA AMÉRICA DO SUL

Estudo aponta áreas de convergência de traços estruturais entre as línguas estudadas

Além do trabalho realizado com o povo Oro Win, Joshua Birchall acaba de defender sua tese de doutorado em um projeto que busca um olhar mais amplo sobre as línguas indígenas da América do Sul. O pesquisador fez um estudo comparativo de traços gramaticais de 74 línguas indígenas do continente, pertencentes a 40 famílias. A tese, defendida na Universidade de Radboud, em Nijmegen, na Holanda, sob orientação de Mily Crevels e Pieter Muysken, gerou um livro e um banco de dados online que poderá ser consultado por qualquer interessado no tema.

O estudo foi feito com base na leitura e comparação de informações entre gramáticas de línguas indígenas da América do Sul – da Colômbia até a Terra do Fogo – publicadas por diversos estudiosos nos últimos anos. Na pesquisa são comparados diversos traços tipológicos entre as línguas. Pode-se identificar, por exemplo, se existe concordância do sujeito com o verbo ou a localização do objeto em relação ao verbo, em línguas distintas. A análise das semelhanças e diferenças entre essas estruturas ajudam a compreender a existência de contatos e trocas linguísticas.

FAMÍLIAS LINGÜÍSTICAS



“Até pouco tempo, acreditava-se que a Amazônia era uma caixa preta em termos de línguas desconhecidas, que tudo era estranho e exótico. Mas é preciso rever essa informação porque, desde os anos 1990, temos gramáticas de línguas indígenas lançadas no Brasil, muitos estudos na Colômbia e demais países da América do Sul, ou seja, não existe mais esse desconhecimento todo”, esclarece Joshua.

Segundo o pesquisador, a Amazônia foi descrita anteriormente como uma área de convergência linguística. Quando há uma grande incidência de contatos entre povos distintos, após várias gerações, ocorre uma convergência de estruturas linguísticas. Assim, há a difusão de um perfil estrutural, ou seja, ocorrem convergências de traços estruturais.

No entanto, as comparações realizadas por Joshua entre as línguas indígenas já estudadas nessa área não confirmaram a tese. “A gente percebe que não existem muitas línguas no centro da Amazônia, então como pode ser identificada como área de convergência linguística? Nosso estudo chegou bem mais próximo do que diz a Arqueologia sobre a ocupação da região. Essa ocupação teria acontecido a partir das bordas. De fato, a maioria dos povos se localiza nas bordas, nas franjas da região. A maior diversidade está onde a Amazônia também se encontra com os outros biomas. É nas fronteiras que existe maior contato e interação, não no centro”, esclarece o pesquisador.

Por meio de análises quantitativas, o estudo de Joshua mostra que a área central da Amazônia poderia ser classificada como uma fronteira verde entre contatos linguísticos. Quanto às zonas de convergência, os resultados do trabalho sugerem que elas seriam melhor definidas por meio da divisão entre o leste e o oeste do continente. “O ponto mais importante é que as redes sociais que transmitem esses traços linguísticos não se dividem em amazônicas e não-amazônicas, ou seja, elas mostram uma integração regional que transversa zonas ecológicas”, acrescenta o pesquisador.

As comparações realizadas contribuem ainda para a compreensão sobre as interações demográficas de povos da pré-história. “O estudo também se relaciona com a geografia humana, procurando entender a distribuição de povos, como eles entraram em contato e formaram essas redes sociais”, finaliza Joshua. ■

VALE DO GUAPORÉ ABRIGA RARA DIVERSIDADE EM LÍNGUAS INDÍGENAS

Uma das hipóteses é de que o tronco Tupi tenha surgido nessa área, antes de se espalhar pelo continente

Não é por coincidência que grande parte dos pesquisadores de línguas indígenas do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) realizam ou já realizaram estudos em Rondônia. Na área conhecida como Vale do Rio Guaporé, na fronteira entre esse estado e a Bolívia, existe uma peculiar variedade linguística representada não apenas pela quantidade de línguas diferentes, aproximadamente 50, mas também por sua divisão em várias famílias e troncos, uma situação de diversidade pouco encontrada no mundo.

De acordo com seu sistema de classificação, as línguas estão agrupadas em famílias e troncos. As línguas de uma mesma família apresentam maior semelhança, pois se acredita que tiveram a mesma origem e passaram por processo de separação ao longo dos anos. Assim ocorre com o português, o espanhol e o italiano, por exemplo, que pertencem à família Românica ou Neo-Latina.

PARENTESCO ANCESTRAL

O tronco linguístico é um agrupamento de famílias de mesma origem, porém muito remota, podendo chegar a vários milhares de anos. Por isso, semelhanças entre línguas de famílias diferentes pertencentes a um mesmo tronco são pouco notadas. Um exemplo é o tronco indo-europeu que reúne boa parte das famílias de línguas faladas na Europa, como Itálica, Germânica, Eslava e Céltica, e na Ásia, como Indo-Ariana, Iraniana e Armênia.

A concentração de sete troncos diferentes na região do Vale do Rio Guaporé é uma situação muito rara. Além disso, a região abriga dez línguas isoladas, outro fator peculiar para os linguistas. “Trabalhamos junto com arqueólogos porque essa diversidade de línguas reflete a ocupação antiga da região. As línguas isoladas são heranças de tempos antiquíssimos. Se pertencerem a uma família conhecida, sua conexão deve ser tão antiga que não é possível perceber. Essa situação é coerente com os dados arqueológicos, pois alguns dos achados mais antigos da Amazônia, de dez, doze mil anos atrás, ocorreram lá”, explica o linguista Hein van der Voort, do MPEG.

O pesquisador fez um estudo descritivo da língua isolada Kwazá nos anos 1990 e coordena atualmente um projeto de documentação de outra língua isolada, o Aikaña, financiado pelo programa Documentação de Línguas Ameaçadas (Dobes), da Fundação Volkswagen.

Segundo Hein, há várias hipóteses sendo estudadas sobre a diversidade linguística indígena no Vale do Rio Guaporé. Uma delas seria a concentração de povos de várias regiões naquela área para fugir de outros povos, que tomaram conta de grande parte do continente. “A maior diversidade do tronco Tupi encontra-se em Rondônia, com cinco famílias. Por isso, a ideia é que Rondônia é a região de origem do tronco Tupi. Teriam se espalhado a partir da região de origem. ■

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO VALE DO GUAPORÉ



EM BUSCA DAS ORIGENS

Linguística histórica estuda processo de evolução e comprova relação entre línguas

Fazer o caminho de volta, retomando as alterações que as línguas sofreram para chegar ao estágio em que eram faladas há milhares de anos. Esse é o principal objetivo da Linguística Histórica, área da linguística que vem colaborando para o estudo e classificação de línguas atuais e já extintas. Foi utilizando a Linguística Histórica que pesquisadores do Goeldi ajudaram a descobrir que as línguas Arikapú e Djeoromitxí, da família Jabutí, pertencem ao tronco Macro-Jê. Antes da pesquisa, elas eram consideradas línguas de uma pequena família isolada.

Essa pesquisa confirmou uma antiga hipótese do etnólogo Curt Nimuendajú. Com base em listas de palavras coletadas por Emil Snethlage em Rondônia, nos anos 1930, Nimuendaju encontrou semelhanças entre palavras da família Jabutí e outras línguas do tronco Macro-Jê. No entanto, na época, pouco se sabia sobre as línguas Jabutí e a hipótese não chegou a ser investigada.

O linguista Hein van der Voort foi o responsável por estudar a língua Arikapú. “Uma estudante de mestrado, Nádia Pires, realizou a descrição de Djeoromitxí, mas ainda faltava a pesquisa sobre Arikapú, que sofre sério risco de extinção. Sabíamos que as duas línguas eram irmãs por causa da semelhança, mas a origem delas era uma grande dúvida”, lembra Hein.

Com a ajuda dos dois únicos falantes de Arikapú, um deles com surdez e dificuldades de fala, Hein conseguiu realizar a descrição e a documentação de Arikapú. O estudo teve apoio do principal órgão financiador de pesquisas da Holanda (Netherlands Organisation for Scientific Research – NWO).

HIPÓTESE COMPROVADA

Com a disponibilidade de informações sobre as línguas Arikapú e Djeoromitxí, o pesquisador passou a estudar a reconstrução da língua ancestral, o Proto-Jabutí. O resultado desse estudo foi publicado em artigo intitulado “Proto-Jabutí: um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral de Arikapú e Djeoromitxí”, publicado no Boletim de Ciências Humanas do Goeldi, v.2, nº2, de 2007.

“As línguas sempre mudam e essas mudanças fazem com que elas se separem. Primeiro ocorrem sotaques diferentes, depois dialetos diferentes e, por último, tornam-se línguas independentes. Com esse trabalho, foram reconstruídas palavras da língua ancestral, o Proto-Jabutí. De acordo com nossas hipóteses, assim os indígenas devem ter falado entre 1.500 e 2.000 anos atrás, antes dessa língua se separar em duas”, explica Hein van der Voort.

O linguista Hein van der Voort em trabalho de campo em Rondônia

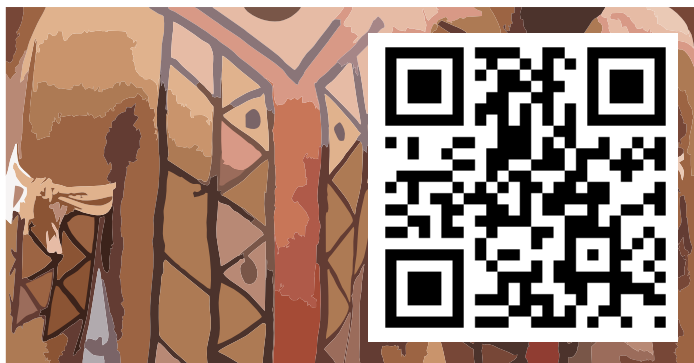


BIOGRAFIAS

Para verificar a hipótese lançada por Nimuendajú de que as línguas Jabutí pertenceriam ao tronco Macro-Jê, ainda seriam necessários mais estudos. Hein juntou-se ao linguista Eduardo Ribeiro, atualmente no Smithsonian Institution (EUA), especialista nas línguas Jê. Em artigo publicado por ambos em um dos mais importantes periódicos científicos da área, o *International Journal of American Linguistics* (Jornal Internacional de Linguística Americana), eles fizeram uma minuciosa comparação entre palavras Proto-Jabutí (reconstruídas por Hein) e Proto-Jê (reconstruídas por Eduardo Ribeiro) e chegaram a 25% de semelhança entre elas.

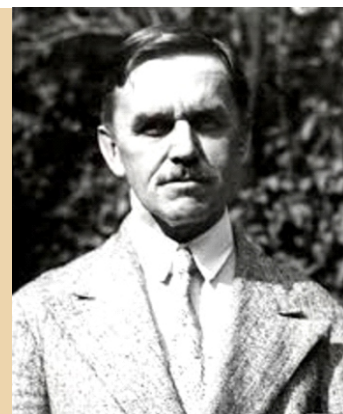
“Com base nesse trabalho, comprovamos que a hipótese de Nimuendajú era verdadeira: as línguas Jabutí são realmente parte do tronco Macro-Jê”, explica Hein. Nesse caso, a utilização da linguística histórica foi fundamental para esclarecer que as línguas Jabutí (Djeoromitxí e Arikapú), que correm sério risco de extinção, não são línguas isoladas, como se acreditava anteriormente. A descoberta mostra uma conexão pré-histórica inegável entre povos do Oeste e do Leste do Brasil, além de um maior espalhamento do tronco Macro-Jê na Amazônia em relação ao que se pensava anteriormente. ■

PROTO-JABUTÍ: UM PRIMEIRO PASSO NA RECONSTRUÇÃO DA LÍNGUA ANCESTRAL DE ARIKAPÚ E DJEOROMITXÍ



Fotografe o código com um leitor de QR Code e acesse o artigo completo online

CURT NIMUENDAJU (1883-1945)



Alemão naturalizado brasileiro, o etnólogo Curt Nimuendajú chegou ao Brasil em 1905 e visitou mais de cem povos indígenas, sendo considerado grande referência em sua área. “Ele fez coleções etnográficas, descrições dos povos, publicou sobre as línguas e também coletou muitas informações sobre as mitologias. Até os anos 1950, percorreu a Amazônia inteira”, conta o pesquisador Hein van der Voort. Nimuendaju morou em Belém durante alguns anos e realizou trabalhos para o Museu Goeldi. Por ter vasto conhecimento sobre culturas e línguas dos povos Macro-Jê foi o primeiro a detectar semelhanças nas línguas Jabutí, ao analisar listas de palavras coletadas por Emil Snethlage.

EMIL-HEINRICH SNETHLAGE (1897-1939)



O alemão Emil Snethlage era ornitólogo e etnógrafo e optou pela carreira científica por influência de Emília Snethlage, sua tia, primeira mulher a dirigir o Museu Goeldi. Em sua primeira viagem ao Brasil, na década de 1920, Emil passou três anos na região Nordeste, onde fez registros etnográficos e linguísticos referentes a grupos indígenas Jê e Tupi, além de pesquisas ornitológicas. De volta à Alemanha, passou a trabalhar para o Museu Etnográfico de Berlim. Em 1933, Emil voltou ao Brasil a serviço do Museu Etnográfico e viajou durante dois anos pela região do Vale do Guaporé. Além de coletar objetos materiais para a coleção do museu, documentou culturas e línguas de treze povos indígenas da área, alguns dos quais estão hoje extintos ou quase extintos. Entre os povos que visitou estão Arikapú e Djeoromitxí, da família Jabutí. Em breve, um manuscrito inédito de Emil Snethlage contendo mais de mil páginas de anotações dessa expedição será lançado na Alemanha e na Áustria. Segundo Hein van der Voort, há confirmação de que o manuscrito será traduzido para o português e lançado pelo MPEG.

PARA COMPREENDER A AMAZÔNIA COLONIAL

Dicionário em Língua Geral escrito no séc. XVIII desperta interesse de pesquisadores

A biblioteca municipal da pequena cidade de Trier, na Alemanha, guarda uma raridade, até pouco tempo inédita, de grande interesse para o Brasil: trata-se de um dicionário manuscrito de 1756, redigido por um missionário alemão ainda não identificado. O documento, encontrado em 2012 pelo pesquisador luxemburguês Jean-Claude Muller, é dividido em duas partes (português-língua geral/língua geral-português) e contém muitos comentários escritos em latim, e em menor medida, em alemão e em português. As anotações pessoais do autor ao longo dos verbetes do dicionário revelam nuances da trajetória do missionário na região e do seu processo de aprendizado da língua geral amazônica.

O manuscrito permaneceu desconhecido dos especialistas e das principais obras sobre a presença dos jesuítas no país até que Jean-Claude Muller entrou em contato com o professor da Faculdade da História da UFPA, Karl Arenz, que por sua vez envolveu no trabalho de identificação a pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Cândida Barros, especialista em sociolinguística, área que estuda o contexto de utilização das línguas.

“Não tínhamos qualquer conhecimento sobre esse documento riquíssimo guardado na biblioteca de Trier. Todos os demais dicionários do século XVIII estão em bibliotecas portuguesas. Quando Pombal tirou tudo o que era dos jesuítas, ele guardou esses documentos. Só que esse lhe escapou. Pelo que sabemos, é o único que está na Alemanha”, explica a linguista Cândida Barros.

Alguns indícios, além da própria presença do manuscrito em uma biblioteca alemã, levaram os pesquisadores a concluir que a autoria do documento pode ser atribuída a um dos missionários alemães que estiveram no Brasil no período. “Os erros de português mostram que a pessoa não domina a língua, portanto não poderia ter sido escrito por um missionário de Portugal. A pesquisadora Ruth Monserrat fez todo um levantamento desses erros. O latim é muito utilizado nos comentários, pois era a língua instrumental dos jesuítas. Além disso, há várias palavras em alemão, o que é um forte indício da nacionalidade do autor”, esclarece Cândida.

O dicionário e as anotações do missionário mostram a evolução da sua aprendizagem da língua

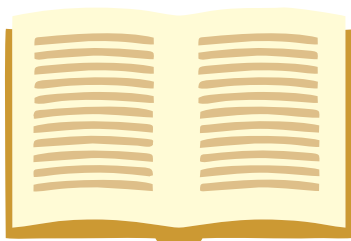
geral, que foi utilizada durante todo o período da colonização. Os jesuítas a oficializaram para a evangelização de povos indígenas, como forma de manter um discurso religioso formal.

Gabriel Prudente, estudante de História da UFPA e bolsista Pibic do MPEG, trabalhou um ano e meio na transcrição do manuscrito sob orientação de Cândida Barros e Karl Arenz. O trabalho dele consistiu em transcrever todo o manuscrito, assinalando e identificando trechos que não estão claros ou contém rasuras. “Fiz o que a gente chama de transcrição semidiplomática, com pequenas alterações marcadas no texto. Assim quem quer conhecer o texto como era originalmente, sabe o que foi alterado”, explica Gabriel. O trabalho apresentado pelo bolsista, intitulado *“Alius Dicit”: um estudo comparativo sobre a confecção de um dicionário em língua geral do século XVIII*, foi premiado no XX Seminário do Pibic/MPEG.

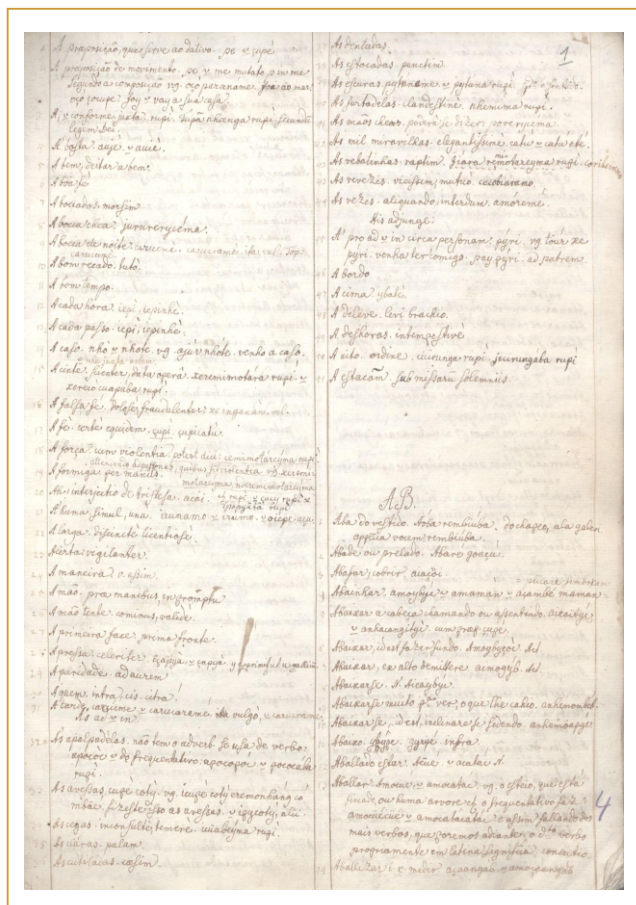
Em abril deste ano, especialistas de várias áreas que estão pesquisando o manuscrito de Trier se reuniram em Belém. Entre eles estão Wolf Dietrich (professor da Universidade de Münster, na Alemanha); Ruth Monserrat (UFRJ); Jean-Claude Muller, descobridor do manuscrito, pesquisador de linguística missionária na Ásia e nas Américas; Nelson Papavero (USP), da área da Zoologia, pesquisador da fauna em fontes tupi coloniais; além de Cândida Barros, Karl Arenz e Gabriel Prudente.

O manuscrito será lançado pelo Museu Goeldi em formato digital em 2015. Para isso, deverá ser realizado um acordo com a Universidade de Potsdam, na Alemanha, para a utilização de um programa que disponibilizará a imagem do manuscrito e sua transcrição juntos na tela. Dessa forma, qualquer pessoa interessada poderá consultá-lo de forma mais prática. ■

*His ad jungle:
A' pro ad u in circa
pyri. venha ler con*



DICIONÁRIO MANUSCRITO 1756 INÉDITO



PÁGINA DO MANUSCRITO REDIGIDO POR UM MISSIONÁRIO ALEMÃO

Possíveis autores:

Anton Meisterburg (1719-1799)

Laurenz Kaulen (1716-1797)

Anselm Eckart (1721-1809)

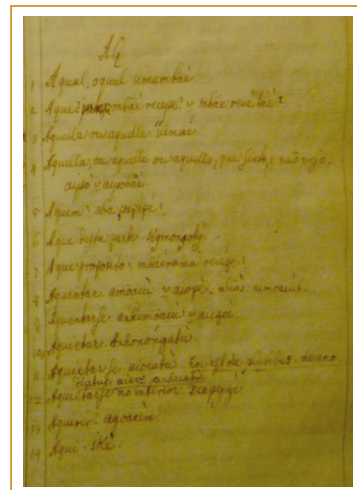
TRANSCRIÇÃO DE VERBETES

- 1 A qual, o qual. umambäe.
- 2 A que? [rasura ileg.] mbäe recepe? vel mbäe recetäe?
- 3 Aquella ou aquelle. üimäe
- 4 Aquella, ou aquelle ou aquillo, que sinto, e não vejo.
aipö v aipobäe.

TRANSCRIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

transcrever sem alterar a ortografia e a pontuação do original, porém com extensão das abreviaturas

personam: pyri. vj. tour re
migo: pay. a. j. z. abrem.



PESQUISA APROFUNDA CONHECIMENTOS SOBRE PARESÍ, DO MATO GROSSO

Além de trabalhar a gramática da língua, pesquisadora documentou aspectos importantes da cultura dessa etnia

O primeiro contato da linguista Ana Paula Brandão com os índios Paresí, do Mato Grosso, ocorreu quando ela era bolsista no Museu Goeldi, em 2006. Por conta de sua experiência anterior com a língua Apurinã, que também pertence à família Aruak, ela foi convidada pelos Paresí para iniciar um trabalho envolvendo a descrição e documentação da língua. Os resultados da pesquisa foram publicados em sua tese de doutorado, defendida na Universidade do Texas, em Austin, nos Estados Unidos.

Os Paresí são pouco menos de 2.000 indígenas que vivem próximo ao município de Tangará da Serra, localizado a 240 quilômetros da capital Cuiabá. Eles se dividem em 44 aldeias, sendo que algumas delas vivenciam a cultura indígena tradicional de forma efetiva e em outras a perda cultural é mais acentuada. Cerca de 90% da população fala a língua.

A pesquisa de Ana Paula começou em 2006 com a documentação da língua e cultura Paresí. “Foi um pedido da comunidade, que estava preocupada com a perda da cultura. Eles têm, por exemplo, festivais muito bonitos e queriam registrar esses momentos em áudio e vídeo. Então, pediram que eu fosse pra aldeia de Formoso, que é a mais tradicional, onde vivem cerca de 80 pessoas e todos falam Paresí no dia-a-dia”, lembra a pesquisadora.

Ao entrar no doutorado no ano seguinte, Ana Paula focou a pesquisa na descrição da língua e começou a coleta de dados voltados para as análises propostas na tese. Para que a documentação não fosse interrompida, a pesquisadora incentivou os próprios indígenas a dar continuidade ao trabalho. Eles passaram por cursos sobre técnicas de filmagem e utilização de equipamentos e, a partir de 2011, já trabalhavam sistematicamente na documentação.

“A comunidade sabe que os jovens já não aprendem mais essa cultura tradicional deles. Por isso, acham importante registrar cantos e alguns rituais que só os mais velhos sabem. Os próprios jovens foram os mais interessados nesse treinamento de documentação. Eles relataram que a partir dessa experiência estavam muito mais interessados em aprender sobre sua cultura”, lembra Ana Paula.

Na tese de doutorado, os principais objetivos da pesquisadora foram a descrição da língua e dos principais aspectos de sua gramática, incluindo sua sintaxe, ou seja, como as frases se estruturam no sistema da língua. “Foi uma experiência muito interessante porque eles falam de uma forma completamente diferente das línguas européias, porém de acordo com as línguas amazônicas”, explica a linguista.

Além do suporte do próprio Museu Goeldi, as pesquisas de Ana Paula tiveram apoio financeiro da Universidade do Texas em Austin, da National Science Foundation, a fundação nacional de apoio à ciência dos Estados Unidos e do Programa de Documentação de Línguas em Risco de Extinção (Endangered Languages Documentation Programme- ELDP), da Inglaterra, que além de custear as despesas no campo, forneceu equipamentos de filmagem para a comunidade Paresí e apoiou o treinamento dos indígenas para a documentação de sua cultura. ■



► A linguista Ana Paula Brandão com falante Paresí. Abaixo, produtos gerados para documentar a cultura dessa etnia